

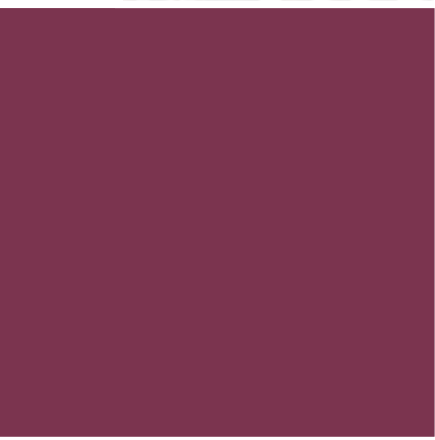
SOMOS A FLORESTA

CENÁRIOS E NARRATIVAS DE JUSTIÇA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

FUNDO DEMA DEZ ANOS



Fotos: Fundo Dema





SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – Cenários e narrativas de luta

10

CAPÍTULO 2 – Comunicação popular

24

CAPÍTULO 3 – Protagonismo feminino

30

CAPÍTULO 4 – Indígenas e quilombolas

42

CAPÍTULO 5 – Reflexões e perspectivas

50

SOMOS A FLORESTA

Setembro de 2014

Comitê Gestor do Fundo Dema

Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP)
Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém
Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC)
Coordenação das Associações das Comunidades
Remanescentes de Quilombo do Pará (MALUNGU)
Prelazia do Xingu
Fase Amazônia

Equipe Fase/Fundo Dema

Matheus Henricus Antonius Otterloo
Educador e presidente do Comitê Gestor

Maria das Graças de Figueiredo Costa
Vânia Regina Vieira de Carvalho
Educadoras

Sione Marysol Vinagre
Sônia Cristina Fernandes Figueiredo
Assistentes

Élida Cordeiro de Almeida Galvão
Assessora de Comunicação

Andreлина da Luz Dias
Consultora em Estatística

Fase Amazônia/Fundo Dema

Rua Bernal do Couto, 1329, bairro: Umarizal
CEP: 66055-080 - Belém/PA
Tel.: (091) 4005-3751 | (091) 4005-3755
E-mail: fundodema@fase-pa.gov.br
Site: www.fundodema.org.br
Facebook: fundo.dema
Twitter: @fundodema



Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE)

Leilah Landrim Assumpção
Presidente do Conselho Deliberativo

Letícia Rangel Tura
Diretora Executiva Nacional

José Guilherme Carvalho da Silva
Coordenador Regional do Programa FASE Amazônia



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais

Apoio

Fundação Ford

Produção

Temple Comunicação

Edição e produção de textos

Yorranna Oliveira

Projeto gráfico, diagramação e tratamento de imagens

Márcio Alvarenga

Revisão

Marcia Okamura

Impressão

Gráfica Santa Marta

Tiragem

3 mil exemplares

Foto de capa

Rafael Araújo

EXPEDIENTE



SER DA FLORESTA

Em cada semente fecunda na mata, a memória viva de uma parceria. Cercado pela floresta, o agricultor José Tinte Zeferino, o “Cido”, escolheu viver em sintonia com ela. Ao lado da mulher e dos filhos, ele plantou a esperança de uma nova vida no Sítio Alto Alegre, em Brasil Novo. No terreno, tem de tudo um pouco. Cacau, cedro, andiroba, melancia, banana, arroz, feijão, criação de pequenos animais, cultivo de hortaliças e de abelhas sem ferrão, só para citar uma parte da longa lista de frutos que brotam ali. Foi uma opção para escapar do ciclo vicioso de criar gado e queimar a lavoura. Cido não conseguia acreditar que só existiam essas formas de viver e produzir. Ao assistir a um programa de tevê, viu alternativas e foi atrás de outras opções produtivas. Encontrou, na agroecologia, o caminho para a mudança.

Em nossas andanças pela imensidão da Amazônia, entre oficinas, seminários, monitoramento de projetos e mobilizações, conhecemos a história e as experiências desenvolvidas por Cido na terra em que fincou raízes e escolheu para morar. Migrante do Sul do país, ele é um exemplo do que é ser da floresta. Aprendeu a conviver com ela, na essência de um projeto de desenvolvimento que acreditamos plenamente possível.

Nas cidades, no concreto distante da mata, nas periferias, no coração do centro urbano de uma grande capital, também somos a floresta. Porque fazer parte dela é respeitar e compreender que essa relação também significa reconhecer a importância dos povos que nela habitam e do papel que exercem para fazer a existência no Planeta mais digna. É entender que o desenvolvimento econômico só é viável e justo com o respeito aos modos de viver desses habitantes, que o progresso só tem valor se for sustentável, comprometido com os bens comuns e com a qualidade de vida das populações.

Nas páginas que você lerá a seguir, compartilhamos um pouco da nossa história projetando o protagonismo desses povos, de suas lutas e conquistas por justiça ambiental, para fazer com que a floresta não seja empecilho, mas o verdadeiro motivo para rever atitudes e promover um cenário de transformações positivas, imprescindíveis à reprodução da vida no planeta. Boa leitura!

Equipe Fundo Dema

EDITORIAL

Linha do tempo

Entenda o contexto que originou o Fundo Dema e confira os principais momentos dessa história

Denúncia de roubo de madeira da Terra do Meio.

O Movimento, apoiado pelo relatório da Comissão Nacional de Direitos Humanos, impediu o leilão das toras apreendidas. Em reunião com o Ministério Público Federal e Ibama, surge a proposta de beneficiar a madeira e criar um Fundo.

Mobilização regional contra o complexo de Belo Monte, ocorrida na Terra do Meio (Terra indígena Arara), com denúncias contra a exploração ilegal de madeira.



Década de 80

Retomada dos sindicatos das mãos de representantes sem compromisso com a luta.

Empoderamento dos trabalhadores e trabalhadoras por meio da organização nos sindicatos e fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

1989

1º Encontro dos Povos Indígenas, em Altamira (Região da Transamazônica e Xingu), barrando a construção da Hidrelétrica de Kararaô (atual Belo Monte)

1991

Encontro do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), em Altamira, a partir de articulação local, regional e nacional, reivindicando políticas públicas para educação, saúde, crédito agrícola e estradas

2000

Evolução do MPST para o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), tendo Ademir Federicci, o “Dema”, como coordenador geral, assassinado em agosto

2001

2002

Reivindicação do MDTX para a doação das toras de mogno apreendidas a favor do movimento social dos povos da floresta. Relatoria da Missão Nacional pelo Direito ao Meio Ambiente recomenda atendimento à proposta do MDTX.



Lançamento do 1º Edital do Fundo Dema
 Encontro das CEBs, em Altamira. Os movimentos sociais da BR-163 iniciam sua participação no Fundo Dema.

Formação do Comitê Gestor Fundo Dema
 de Apoio às Comunidades Quilombolas do Pará

Evolução da logomarca para 'somos a floresta'
 Campanha 'Enfrentando os desafios da Justiça Ambiental e Climática'

10 anos do Fundo Dema

2003

Criação do Fundo Dema
 e formação do Comitê Gestor



2004

■ **Fundação Ford reforça o capital** fiduciário, ampliando em um terço sua capacidade de atendimento

■ **Criação do Conselho Consultivo Regional** do Fundo Dema

2005

2008

O Comitê Gestor do Fundo Dema é ampliado com a inserção da representação das organizações do Baixo Amazonas e da BR-163

2010

2011

■ **Criação do Comitê Gestor do Fundo Indígena Xingu (FIX)**

■ **Ampliação do Comitê Gestor do Fundo Dema** com a inserção da MALUNGU

■ **Início da parceria** da FASE/ Fundo Dema-Fundo Amazônia

2013

2014

Criação do Fundo Autônomo de Mulheres Rurais da Amazônia



Linha do tempo elaborada pelo Conselho Consultivo Regional do Fundo Dema, durante reunião ocorrida em janeiro de 2013

CENÁRIOS E NARRATIVAS DE LUTA

Em uma década de trabalho, o Fundo Dema cultivou parcerias, fortaleceu comunidades e movimentos sociais, ampliou a atuação no Pará e se tornou um importante elemento na construção de um mundo menos desigual e mais justo



DEZ ANOS DE
HISTÓRIA

EM NOME DA JUSTIÇA AMBIENTAL

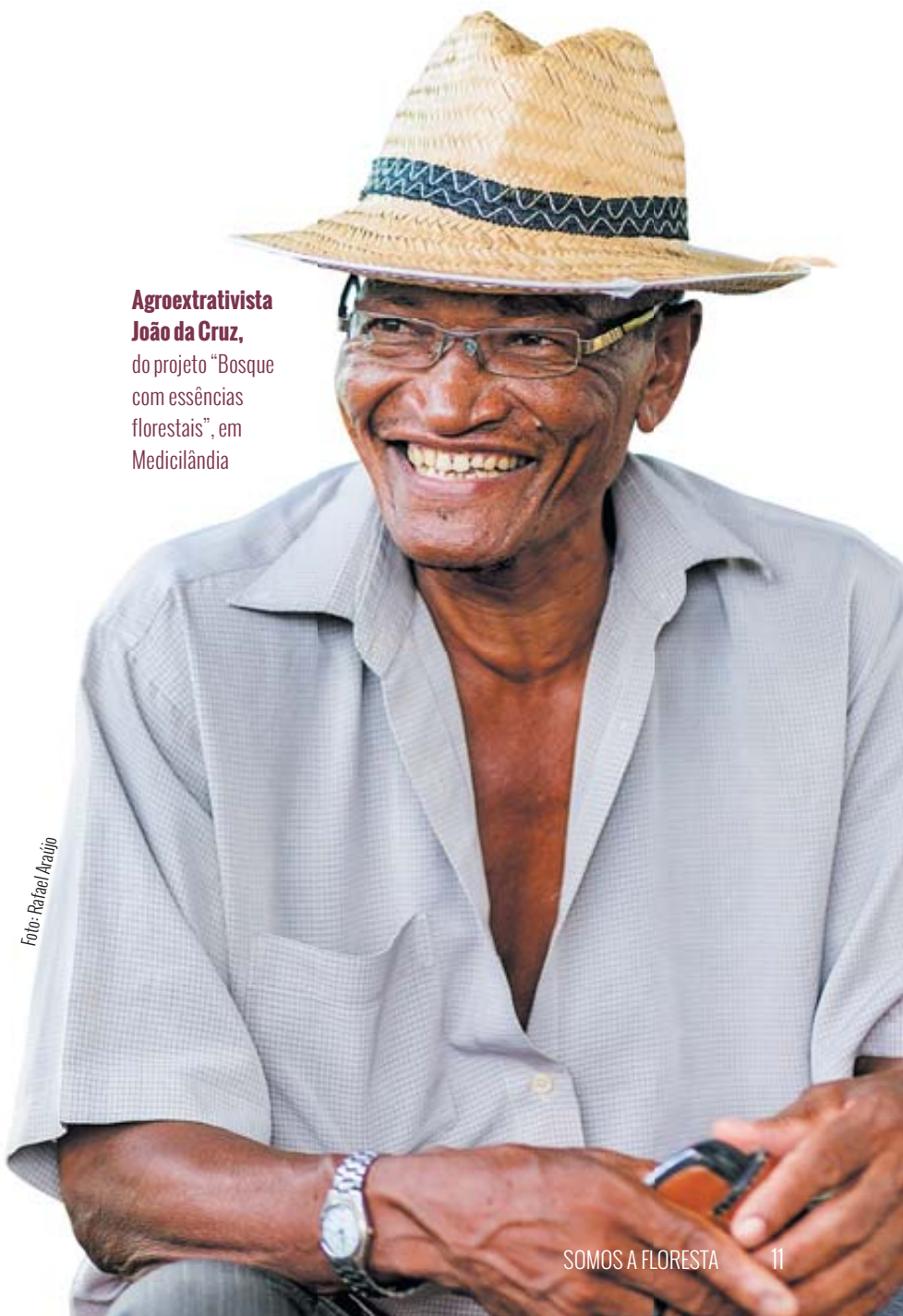
Origem do Fundo Dema reforça o papel do trabalho coletivo para a conquista de direitos

Em qualquer ponto do mapa e em qualquer época, a jornada de lutas populares mostra que a organização e o esforço coletivo são o caminho para resistir às desigualdades no Planeta. Na Amazônia, o surgimento de associações, sindicatos e outros coletivos reforçam esse destino como alternativa de sobrevivência para os povos da floresta. Eles marcam uma trajetória em busca de direitos e do exercício da cidadania.

Criado em 2003, o Fundo Dema é resultado dessa mobilização de entidades e pessoas em nome da justiça. Em Altamira, cidade construída às margens da Rodovia Transamazônica, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apreendeu perto de seis mil toras de mogno, retiradas ilegalmente da floresta. Os movimentos sociais pressionaram o governo e, com a mediação do Ministério Público Federal no Pará, a madeira foi doada para o coletivo de organizações sociais da Transamazônica e do Xingu. Gente organizada para frear os ataques à floresta e o avanço de um suposto progresso que esgota os recursos da terra.

O valor arrecadado com a venda do mogno foi transformado em um fundo fiduciário, permanente, do qual os rendimentos são investidos por meio de publicação de editais e chamadas públicas para financiamento de projetos socioambientais. As iniciativas beneficiam agricultores familiares, camponeses, lideranças sociais, ribeirinhos, indígenas e comunidades quilombolas. “O pacto que foi feito, você não encontra em qualquer fundo. É uma origem que vem de uma ativa intervenção de um conjunto de movimentos sociais, das pessoas que estão do lado oprimido da sociedade. Pessoas que, de certo modo, tiveram a coragem de enfrentar a invasão de suas propriedades, a desapropriação de suas riquezas”, avalia Matheus Otterloo, presidente do Comitê Gestor do Fundo.

Foto: Rafael Araújo



Agroextrativista
João da Cruz,
do projeto “Bosque
com essências
florestais”, em
Medicilândia

O APOIO A PROJETOS E O PRIMEIRO INVESTIDOR

Dos recursos da aplicação do principal capital do Fundo Dema – atualmente de R\$ 11,5 milhões –, 241 projetos foram apoiados. Seminários, encontros, mobilizações, auxílio à legalização de rádios comunitárias, projetos de desenvolvimento sustentável representam as iniciativas fomentadas. Por trás dos números, a contribuição para garantir os direitos dos povos da floresta e combater as ameaças aos modos de vida dessas populações.

A comunidade Nova Esperança, em Medicilândia – maior produtor de cacau no Pará, segundo dados da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) –, foi uma das beneficiárias das atividades do Fundo. Em 2006, a Nova Esperança recebeu recursos para proteger a área de nascente, além de investimento para a reforma da casa de farinha e do barracão comunitário. O barracão já pede uma nova reforma, mas ainda assim segue como principal espaço de encontro dos moradores do lugar. “Se fazia de tudo aqui, de culto de crente a casamento, reunião com delegado... Nosso objetivo era construir um local sem preconceito”, comenta o agricultor Joaquim Pereira dos Santos, de 71 anos.

No local, moram 35 famílias. O cacau é a principal fonte de renda, e a venda da farinha e a criação de animais reforçam o orçamento dos trabalhadores. A derrubada e queima de árvores, e a poluição ambiental na área ainda preocupam. As lideranças comunitárias, como Joaquim e o atual presidente da associação, João da Cruz Vieira, de 64 anos, batalham para despertar o interesse entre os moradores para preservar a floresta e conseguir acesso às políticas públicas. “Já veio tanto político fazer promessa debaixo dessa árvore e depois sumiu”, recorda João da Cruz.

O grupo deve inscrever um projeto em um dos editais do Fundo Dema para nova reforma nos espaços, além de buscar outros parceiros para o apoio aos meios de produção e a melhoria da renda para as famílias. Pelos pequenos projetos, a Nova Esperança pode viabilizar um futuro melhor, partilhado por todos.

Enquanto mostra a comunidade, Joaquim olha para o bosque, cercado por árvores que ajudam a proteger a nascente do rio a poucos metros dali. “Não é bonito?”, ele pergunta.

“Já veio gente querer derrubar, mas eu nunca aceitei. Não deixo de jeito nenhum.”

Foto: Rafael Araújo



Investimentos priorizam iniciativas que valorizam os modos de vida e de produção dos povos da floresta

iniciativas agroecologia

Ademir Alfeu Federicci

O nome do Fundo Dema celebra a memória e a militância de Ademir Alfeu Federicci, o “Dema”. Membro da coordenação do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), ele foi assassinado em 25 de agosto de 2001, na frente da mulher e dos filhos.

Fase

A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) é a responsável jurídica e administrativa pelo Fundo Dema. No entanto, a gestão ocorre de forma participativa, por meio de um Comitê Gestor, formado por representantes de organizações sociais das regiões de atuação do Fundo.

soberania alimentar

NOVAS PARCERIAS E CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO

Com o crescimento da demanda das comunidades e a ampliação das atividades para outras regiões, o Fundo Dema precisou partir para novas parcerias, além da já existente com a Fundação Ford. Em 2011, selou uma parceria com o Fundo Amazônia.

Nos anos de 2012 e 2013, o Comitê Gestor do Fundo Dema lançou duas chamadas públicas e aprovou 82 projetos – 32 já estão em andamento. O contrato com o Fundo

Amazônia impôs o desafio de adequar projetos comunitários às exigências documentais, geralmente as mesmas seguidas pelas médias e grandes empresas, para garantir o acesso aos recursos públicos por comunidades tradicionais. A necessidade de organizar melhor as informações e os dados que detém, impulsionou a construção de um banco de dados para planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados

do Fundo. Números e depoimentos de lideranças que auxiliam na prestação de contas aos parceiros e nas análises internas do andamento das atividades. “Foi um processo coletivo de aperfeiçoamento de procedimentos e de instrumentos de registro, e hoje temos um sistema que subsidia reuniões deliberativas e facilita o monitoramento e a divulgação dos projetos apoiados”, afirma a socióloga Vânia Carvalho.

Foto: Fundo Dema/Arquivo

comunidades municípios doações famílias



TIPOS DE PROJETOS

88

Encontros

80

Produção agroextrativista e proteção ambiental

28

Construção e informatização de sedes

26

Rádios comunitárias

17

Formação

2

Proteção a famílias ameaçadas pelo tráfico de drogas e padaria para famílias com pais desempregados

projetos

82

projetos aprovados pela parceria Fundo Dema/Fundo Amazônia. Trinta e dois já estão em andamento.

R\$ 5 mil

é o valor mínimo de apoio a projetos. R\$ 30 mil o valor máximo de recursos investidos pelo Fundo Dema.

10.097

famílias beneficiadas

241

projetos apoiados em oito editais entre 2004 e 2013

23

municípios foram beneficiados nas regiões do Baixo Amazonas, Transamazônica e Bacia do Xingu, e BR-163

1.921

comunidades alcançadas de 2004 a 2013

241

Total

R\$ 2.740 milhões

de recursos para projetos entre 2004 e 2013



O PANORAMA DAS REGIÕES

Conheça o contexto das áreas de atuação do Fundo Dema na Amazônia

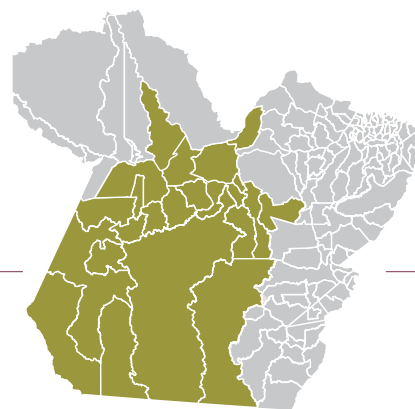
As histórias que formaram as regiões da Amazônia parecem até ficção. Mas seus personagens anônimos, como o homem pobre que desbrava a floresta em busca de terras e de dignidade, suportaram a dura realidade de viver à margem. No mapa da ocupação, os pontos aproximam lugares que partilham dramas e sofrimentos.

Na Transamazônica e Xingu, o Fundo Dema começou a atuar em 2003 para propor projetos alternativos ao modelo de desenvolvimento econômico em expansão no território. Região formada por populações indígenas, quilombolas, extrativistas e por povos que migraram do Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil com a promessa de terras pelo projeto de integração nacional do governo militar. As famílias enfrentariam nas décadas seguintes a violência de fazendeiros, madeireiros e carvoeiros nos conflitos pela posse da terra, e a chegada dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ligados à mineração e à energia.

Belo Monte é o grande símbolo do embate entre dois projetos de futuro para a Amazônia. O Complexo Hidrelétrico vem sendo pensando desde 1975, quando o governo criou a Eletronorte, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras na Amazônia Legal – e iniciou o mapeamento do rio Xingu e afluentes para o aproveitamento do potencial energético da Bacia. O estudo apontou para a construção de sete barragens e o alagamento de 18 mil quilômetros quadrados. E não apenas isso. As obras atingiriam sete mil índios, 12 terras



Brasil
(estados)



Pará (municípios)

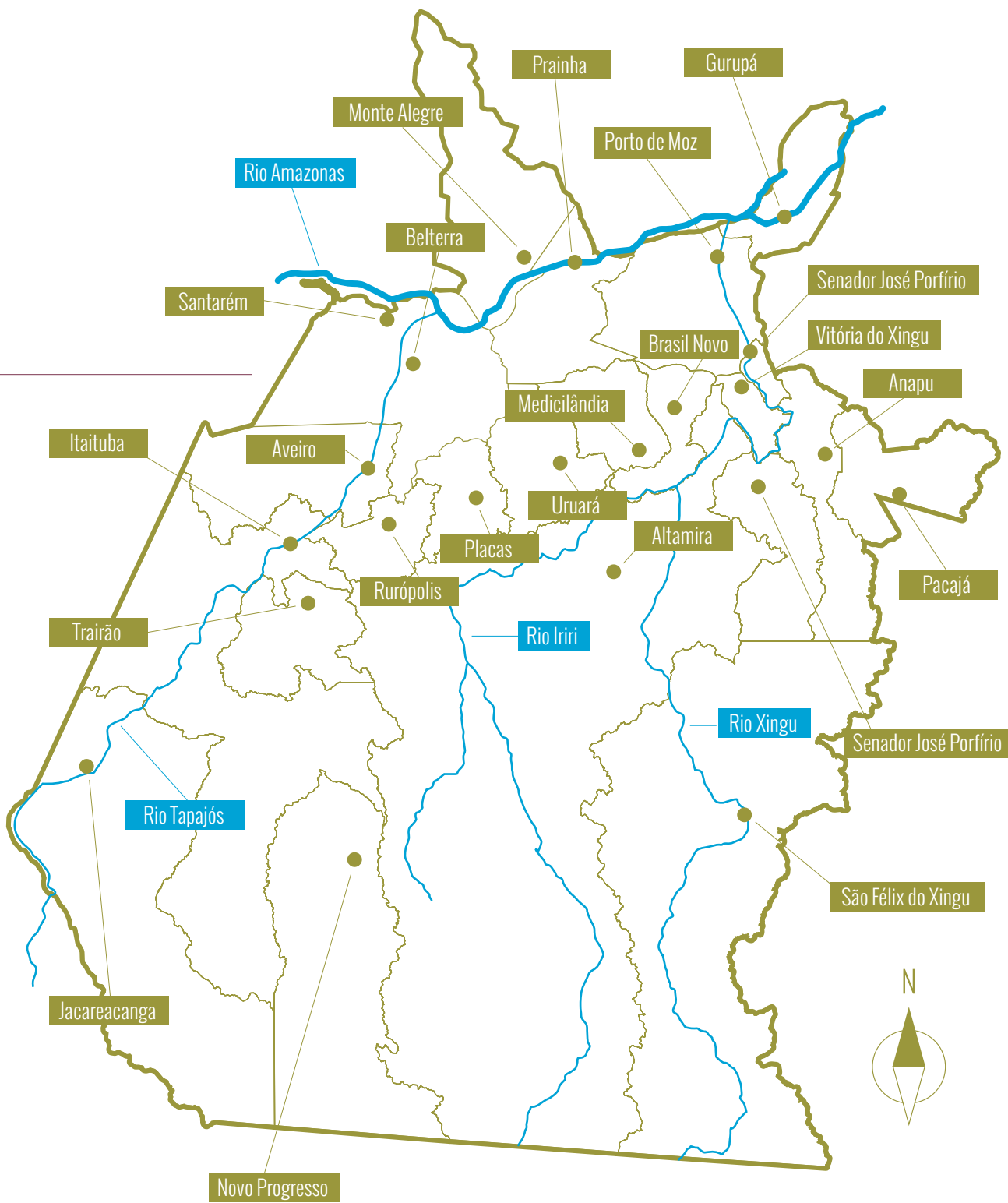
indígenas, sem contar os grupos isolados da região. Além da destruição da floresta e dos impactos sociais, a barragem do Xingu vai alterar o curso do rio, inundará constantemente os igarapés de Altamira, e um trecho de 100 km pode secar.

Mesmo revisto, o plano de construção da hidrelétrica se tornou um dos mais emblemáticos da Amazônia. E a imagem de resistência dos povos ganhou eternidade: a índia kayapó Tuíra encosta a lâmina de um facão no braço do presidente da Eletronorte durante o II Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em 2008, na cidade de Altamira. É a memória viva de uma luta que se estendeu por quase 30 anos. Entre manifestações, atos públicos, notas de repúdio, cartas abertas, ações judiciais e revolta, a obra se instalou e virou realidade depois uma longa queda de braço entre governo, iniciativa privada e movimentos sociais.

A luta continua, agora para tentar minimizar os impactos e os efeitos da construção. Da atuação na Transamazônica

e Xingu, o Fundo Dema expandiu o apoio a projetos para outros territórios. Foi para o Baixo Amazonas propor outros caminhos para o avanço do agronegócio e à economia do minério. E, com o mesmo objetivo, criou parcerias na BR-163 para conter a exploração ilegal madeireira, a pecuária extensiva, a agricultura de corte e queima, e a mineração. Como lembra o pesquisador Ariovaldo Oliveira, no livro *Amazônia Revelada*, a rodovia que liga o Pará ao centro do País, expõe os reflexos de um desenvolvimento bem distante da preocupação com o bem comum.

“A estrada é um polêmico projeto que corta ao meio a Amazônia. Passa por reservas indígenas e ambientais, áreas de garimpo e regiões de graves conflitos fundiários. Grilagem de terras, expropriação de antigos habitantes, ausência do Estado, desmatamento e organizações criminosas entrelaçam-se e têm em comum a violência contra o mais fraco, seja ele o índio, o camponês ou o mogno.”



Baixo Amazonas:
 Belterra
 Monte Alegre
 Óbidos
 Prainha
 Santarém

BR-163:
 Aveiro
 Castelo dos Sonhos (sul de Altamira)
 Itaituba
 Jacareacanga
 Novo Progresso
 Placas
 Rurópolis
 Trairão

Transamazônica e Xingu:
 Altamira
 Anapu
 Brasil Novo
 Gurupá
 Medicilândia
 Pacajá
 Porto de Moz
 São Félix do Xingu
 Senador José Porfírio
 Uruará
 Vitória do Xingu

UMA CONSTRUÇÃO DE TODOS

Gerido de forma solidária, Fundo Dema garante a participação coletiva nos processos de decisão

Nas estradas do oeste paraense, José Ribamar Ripardo, o “Zezinho”, se acostumou ao cotidiano de chegadas e partidas, a percorrer os caminhos até as comunidades encravadas no coração da Transamazônica. Lugares de gente simples, que recebe visitas como membros da própria família, com quem se partilha a fartura ou o pouco disponível na mesa. Coordenador financeiro da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), com sede em Altamira, ele é membro do Comitê Gestor e dinamizador do Fundo Dema na região e tem a tarefa de acompanhar projetos, ajudar a mobilizar associações, sindicatos, agricultores, trabalhadores rurais para a conquista dos próprios direitos.

Homem de palavras contidas e com

ar de mistério, diz pouco de si, mas ouve muito as histórias dos outros. É como se economizasse a prosa, para falar no momento certo. Faz parte da atividade saber olhar e escutar os dramas e as pequenas vitórias para auxiliar a comunidade a entender e lutar pelo que precisa.

“É um exercício democrático, que vai contribuir para que a sociedade um dia consiga fazer mudanças mais conscientes. Eu acho que isso não é pra amanhã, mas acho que esse movimento vai levar a sociedade um dia a tomar decisões melhores do que ela tem tomado. Não é um sonho de guerrilha, como muitos militantes buscaram, mas é uma motivação de cidadania, de democracia, que precisa ser exercitada”, acredita Zezinho, como é conhecido.

Ele cruza geografias acidentadas em viagens muitas vezes solitárias, em busca de destinos que parecem nunca chegar. Trabalho que exige de Zezinho dedicação e muitos dias longe de casa.

A presença e participação de parceiros como Zezinho representam uma forma de suprir as distâncias geográficas e os recursos financeiros sempre no limite das organizações. O que ele observa e escuta auxilia nas avaliações do Comitê Gestor do Fundo Dema, formado por um coletivo de integrantes dos movimentos sociais das áreas de atuação do Fundo. O Comitê se reúne duas vezes por ano para analisar de forma coletiva as propostas e as demandas das comunidades, além de apresentar o andamento das iniciativas apoiadas.



Zezinho (à direita),
membro do Comitê Gestor

Foto: Rafael Araújo

A criação de fundos específicos para quilombolas, indígenas e mulheres do campo e da floresta na Amazônia é resultado dos encontros do Comitê e do processo participativo nas decisões.

“O Fundo Dema qualifica toda essa dinâmica de participação realizando processos formativos diferenciados, como oficinas de sensibilização e elaboração de projetos, além do monitoramento e da gestão. Eles também funcionam como espaços de troca de experiência e tratamento de temas importantes para as organizações das populações apoiadas”, afirma Graça Costa, representante da Fase no Comitê Gestor.

Com a implantação do Fundo de Apoio às Comunidades Quilombolas do Pará, em 2008, foi possível intensificar uma campanha de legalização das associações, permitindo o reconhecimento de sua existência pela sociedade. “Foi muito importante pra gente. Conseguimos fazer com que as comunidades se aproximassem da Malungu e que elas conseguissem inscrever seus próprios projetos”, comemora Jaqueline Alcântara, representante no Comitê da Coordenação das Associações das Comunidades Quilombolas do Estado do Pará (Malungu).

“É um modelo leve, que permite a transparência das ações sempre discutidas em eventos amplos, o aprendizado para as lideranças das organizações quanto aos limites e potencialidades dessa gestão partilhada. Acredito que o grande segredo do sucesso não é nem o modelo de gestão em si, mas a construção, o surgimento do Fundo que já foi algo construído de forma solidária, coletiva e com muita luta. Isso fez nascer um sentimento de pertencimento”, avalia Ana Paula Santos, coordenadora de projetos FVPP e integrante do Comitê Gestor.

COMITÊ GESTOR DO FUNDO DEMA

- Representantes da Fase (responsável legal pela administração do Fundo Dema)
- Coletivo de Organizações Sociais da Transamazônica e Bacia do Xingu
- Coletivo de Organizações Sociais da BR-163
- Coletivo de Organizações de Santarém e Baixo Amazonas
- Representantes da Malungu (Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará)

O FUNDO APOIA PROJETOS DE:

- Recomposição florestal de espécies nativas da Amazônia
- Implantação de técnicas agroecológicas
- Implantação de diversificação de sistemas agroflorestais
- Projetos de gestão e preservação do território (planos de uso coletivo)
- Infraestrutura de produção e cultura local
- Campanhas de sensibilização socioambiental e de preservação
- Plantios em áreas de proteção permanente (APP)
- Encontros, intercâmbios e seminários
- Projetos de proteção a lideranças ameaçadas em conflitos agrários

As iniciativas precisam ser executadas em áreas de uso coletivo, comunitário ou em unidades de produção familiar e devem corresponder aos objetivos da instituição, como o fortalecimento dos movimentos sociais e a defesa e promoção de formas sustentáveis de viver e produzir.

Além do Comitê Gestor do Fundo Dema, existem três comitês específicos: o Comitê Gestor Quilombola, formado por representantes de associações que compõem a Malungu; o Comitê Gestor do Fundo Indígena do Xingu (FIX), formado por representantes de etnias da região do Xingu, e o Comitê Gestor do Fundo 'Luzia Dorothy do Espírito Santo', formado por representantes de mulheres rurais da Amazônia.

Existem duas formas de receber apoios para projetos: via edital ou chamada pública. Os editais podem ser cobertos pelos rendimentos do fundo fiduciário ou podem ter uma cobertura financeira de origem diferenciada. As chamadas públicas do Fundo Dema têm a sua origem na parceria entre FASE/Fundo Dema e o Fundo Amazônia, seguindo as orientações decorrentes dessa parceria.

HISTÓRIA E RESISTÊNCIA



Na batalha por um mesmo ideal, lideranças sociais tomaram nos conflitos no território paraense, mas suas trajetórias inspiram novas mobilizações

A VIDA PELA AMAZÔNIA

Homens e mulheres deixam como legado a memória de uma luta que precisa se manter viva

No centro urbano de Altamira, em uma noite de agosto de 2001, Ademir Alfeu Federicci era arrancado da vida, na frente da mulher e dos filhos. Em Anapu, Dorothy Stang levava seis tiros e tombava diante da floresta na distante manhã de 12 fevereiro de 2005. Na estrada de terra batida, no município de Nova Ipixuna, pistoleiros tocavam Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro naquele maio de 2011. Executados a tiros, Maria e José partiam do cenário

de conflitos, que por tanto tempo enfrentaram unidos. Morreram em defesa de um futuro que acreditavam possível. Mais justo, mais humano, menos desigual.

“Foram pessoas que amavam a Amazônia e seus povos a ponto de arriscar suas próprias vidas por esse amor. Foram amigos que lutaram por uma vida plena, completa, que acreditavam que a vida não é digna desse nome se não for respeitada, valorizada. Esses heróis deixaram para quem continua a luta o maior legado que alguém pode deixar: o amor à vida,

ao ser humano, ao meio ambiente, a nós mesmos”, afirma o procurador da República, Felício Pontes Jr.

Coordenador do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), Dema, como Ademir era chamado pelos amigos, foi um dos primeiros a questionar a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Ele organizou seminários e encontros para debater com a comunidade sobre os impactos da obra. Denunciou as corrupções da Superintendência de Desenvolvimento

da Amazônia (Sudam), a venda de terras indígenas para exploração ilegal de madeira em Medicilândia, município onde morou boa parte da vida e militou por uma política efetiva de reforma agrária e por melhorias na educação e saúde na Transamazônica.

“Ele defendeu a preservação consciente. E sempre pensou nos filhos. Ele queria uma Amazônia na qual seus filhos e netos pudessem viver, não uma Amazônia destruída, devastada. E quando se fala em filhos, não são só aqueles que ele teve com Maria da Penha [mulher de Dema], mas também a dos migrantes, como ele. Era o típico brasileiro que veio em busca de uma vida melhor”, avalia Dom Erwin Kräutler, bispo da Prelazia Xingu.

Assim como Dema, a missionária norte-americana, naturalizada brasileira, Dorothy Stang, defendia um projeto de desenvolvimento sustentável que aliava a produção familiar com a defesa do meio ambiente. Chegou ao Pará na década de 70 e acompanhou de perto o cotidiano de pobreza e dificuldades dos trabalhadores rurais do Xingu e Transamazônica.

“Esses mártires têm uma função profética. Eles anunciam um outro mundo que é possível. Um mundo em que todos têm o direito de viver de forma digna. Dema, Dorothy e tantos outros apontam para um mundo diferente. A morte desses líderes não foi por acaso, por coincidência. Derramaram seu próprio sangue por causa do empenho pela Amazônia. A nossa luta continua em favor da própria Amazônia, na defesa de um desenvolvimento que não é apenas econômico, mas que melhore a qualidade de vida das pessoas”, diz Dom Erwin.

APOIO PERMANENTE AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os assassinatos mancham de sangue a geografia do estado. Mortos em diferentes pontos do mapa, Ademir, Dorothy, Maria e José Cláudio retratam a trajetória de homens e mulheres contidos à bala na luta por justiça ambiental no Pará.

As execuções são recados claros. Planejadas para silenciar o ruído incômodo dos movimentos sociais. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, de 2004 a 2013, 331 pessoas foram mortas no Brasil em conflitos no campo.

“A Amazônia vive hoje o choque entre dois modelos diferentes de desenvolvimento. O primeiro pode ser chamado de ‘modelo de desenvolvimento predatório’. O segundo de ‘socioambientalismo’. Ele concilia desenvolvimento econômico com preservação ambiental. É concebido e voltado para os povos da floresta que possuem centenas de anos de conhecimento na forma de lidar com os recursos florestais sem o impacto suicida. Os nossos líderes covardemente assassinados foram propositores do modelo de desenvolvimento socioambiental. Eles nos deixaram a missão de prosseguir nesse caminho”, acredita Felício Pontes.

Apesar das perdas, o silêncio deixou de ser opção. A continuidade das mobilizações ao Complexo de Belo Monte exemplificam o sentimento de resistência. Nos últimos 10 anos, encontros, cartas abertas, exibição de filmes, publicação de livros, cartilhas, criação de sites, organização de debates e coletivos seguiram na

pauta das organizações sociais como símbolo de resistência. A consolidação do Movimento Xingu Vivo para Sempre, que reúne organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica, é fruto dessa articulação e trabalho coletivo.

No decorrer da última década, o Fundo Dema auxiliou com recursos financeiros 88 projetos para a realização e participação em encontros regionais, locais e internacionais, como o Fórum Social Mundial, que ocorreu em Belém, no ano de 2009. No histórico de apoios, há ainda manifestações públicas, passeatas, audiências públicas, e denúncias em uma gama de eventos pensados para fortalecer os modos de vida de agricultores, indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos.

Em 2010, no Encontro 4 Rios, o Fundo Dema foi um dos apoiadores de indígenas, agricultores familiares e os atingidos por barragens, que se uniram para enfrentar a instalação de hidrelétricas nos rios do Pará, Roraima, Rondônia e Mato Grosso. O evento reuniu mais de 600 pessoas em uma programação que denunciou os impactos socioambientais dos projetos e deu origem à “Carta dos 4 Rios”, um documento histórico que reafirma a oposição dos povos dos rios e das florestas às hidrelétricas. No texto, os movimentos sociais exigem a suspensão total e imediata da construção das barragens e pedem investimentos em pesquisas para fontes de energias “verdadeiramente limpas e renováveis”.



*Frase retirada do livro “DEMA: uma vida doada”, organizado por Pe. Vicente Zambello.

Luto para ser melhor, acredito e luto para ver a justiça triunfar sobre a opressão. Quero um mundo mais igualitário sobre mim. Sou livre por tradição e independente por opinião.”

Ademir Federicci, o Dema*

A LUTA CONTINUA

Os assassinatos abalaram a força das mobilizações no primeiro momento, mas ao mesmo tempo impulsionaram uma nova onda por justiça e menos impunidade. As entidades e organizações não pararam as atividades que seus companheiros ajudaram a construir.

“Eles defendiam uma causa, um mesmo ideal. Não é uma luta individual, é uma luta coletiva. Outras lideranças acabaram surgindo”, lembra Elisety Veiga, vice-presidente da Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos (SDDH).

A professora Laísa Santos, irmã da extrativista Maria do Espírito Santo, assumiu a militância da família. Ela e o marido, Zé Rondon, já estão marcados para morrer. Acredita-se que as ameaças venham do mesmo grupo de proprietários de terra, madeireiros e carvoeiros responsáveis pela morte de Maria e José Cláudio. Laísa entrou para o Programa de Proteção de Defensores Humanos, quando a Anistia Internacional soube o que acontecia com ela.

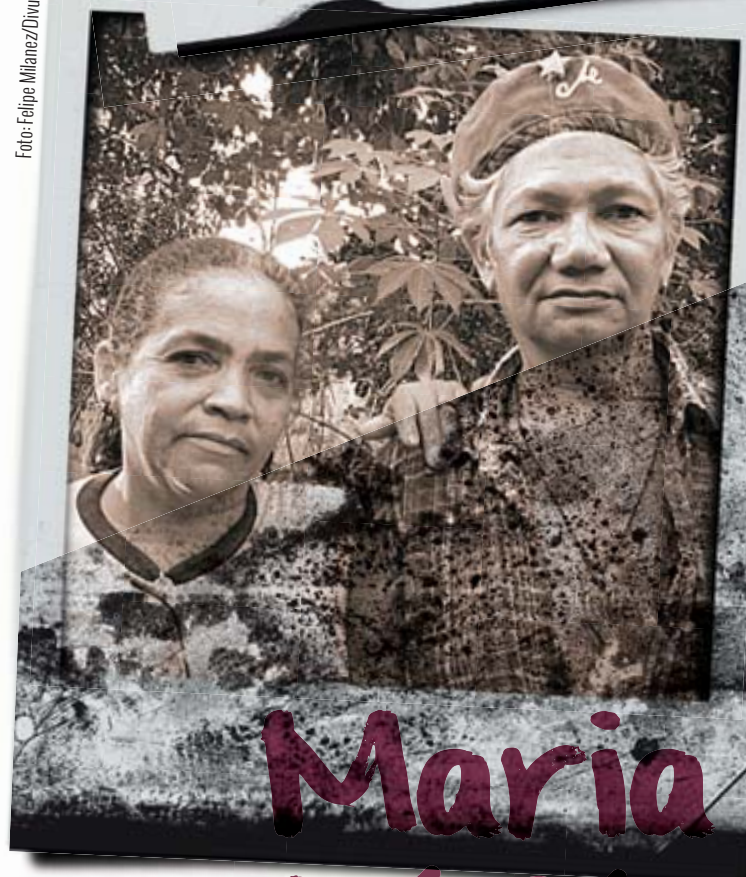
José Cláudio era uma espécie de ‘novo Chico Mendes’. Defensor da floresta, ao lado da mulher, fazia denúncias sobre o avanço ilegal da extração de madeira na área de preservação em que morava com Maria, o Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piraneira, a 50 quilômetros de Nova Ipixuna, no sudeste do Pará. Quando foi executado, teve a orelha arrancada, marcando o cumprimento do serviço. Em depoimento para o evento TEDx Amazônia*, em 2010, Zé Cláudio sabia que poderia morrer e tinha medo, mas não se deixava intimidar. “Eu protejo a floresta de todo o jeito. Denuncio os madeireiros, os carvoeiros e por isso eles acham que eu não posso existir. O medo não empata de ficar calado. Sou filho da floresta, eu vivo dela, dependo dela, faço parte dela.”

*TED é uma fundação privada americana, mais conhecida pelas conferências mundiais que realiza, com palestras e depoimentos amplamente compartilhados pela internet.



Dema

Foto: Felipe Milanez/Divulgação



Maria e José Cláudio

Dorothy Stang

NA JUSTIÇA

A morte de Dema foi investigada como latrocínio (roubo seguido de morte). Ele havia acabado de chegar em casa, no dia 24 de agosto de 2001, quando dois homens invadiram o local. Em 2006, por falta de provas, a Justiça inocentou Fernando Gerônimo e João da Silva de Oliveira pelo assassinato de Dema.

Em dezembro de 2005, Rayfran das Neves Sales, o "Fogoió", e Clodoaldo Carlos Batista, o "Eduardo" foram condenados por terem matado a missionária Dorothy Stang. Amair Feijoli da Cunha, o "Tato", também recebeu condenação por ter intermediado o assassinato. Em 2007, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, conhecido como "Bida", foi condenado como mandante do assassinato. Rayfran teve um novo julgamento e negou que tivesse sido contratado por fazendeiros. Em 2008, Rayfran e Bida foram submetidos a novo julgamento.

O acusado de matar a missionária foi condenado novamente e teve a pena acrescida em um ano. Durante o depoimento, ele inocentou Bida, absolvido por cinco votos a dois.

O Tribunal do Júri de Marabá soltou o fazendeiro José Rodrigues, acusado de ser o mandante do assassinato das lideranças extrativistas e ambientalistas José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo. Em 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará acatou o pedido de anulação da decisão feito pelo Ministério Público Estadual e assistência de acusação.

Trecho da estrada em Nova Ipixuna em que Maria do Espírito Santo e José Cláudio foram assassinados

COMUNICAÇÃO POPULAR

Em dez anos, o Fundo Dema
concentrou esforços para
fortalecer os movimentos sociais
na defesa das rádios comunitárias
como instrumento estratégico de
comunicação e intercâmbio

2

INFORMAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA

Rádios comunitárias conseguiram apoio para fortalecimento em 15 municípios do Pará

Na rádio mais popular de Brasil Novo, o programa preferido de Ana Bloemer Wessler é o “Espaço Aberto”. Na hora do almoço, ela sintoniza na frequência 87.9 para ouvir as principais informações do dia. “Eu não perco, reclamo quando as notícias são poucas”, diz a simpática ouvinte, de 70 anos. O “Espaço Aberto”

integra a grade de programação da “Popular FM”, emissora comunitária criada pela Associação de Informação e Cultura de Brasil Novo (Acibra), em 1988.

Popular desde o nome, a rádio funciona como veículo de formação e difusão cultural para a comunidade. Prestar serviços faz parte da essência do trabalho, especialmente quando o rádio

é o único meio de comunicação capaz de alcançar as localidades mais afastadas. Um anúncio de documento perdido, um recado, um aviso de interesse público ganham ainda mais importância. “Nossa rádio é do povo. Os donos são sindicatos, cooperativas, igrejas, movimento das mulheres”, comenta o coordenador geral Tarcizio Venturin.

Apoio do Fundo

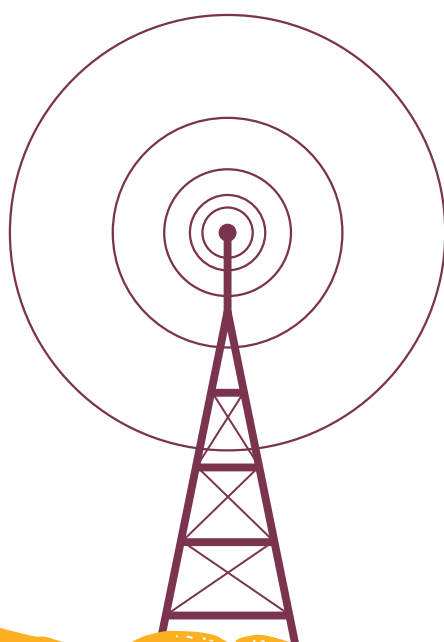
Dema contribuiu para o reconhecimento oficial de 26 rádios



Apesar dos anos de existência, foi só em 2009 que a “Popular FM” conseguiu se legalizar e tornar a rotina no local mais tranquila, sem preocupações com a hora em que os equipamentos e todo o trabalho fossem perdidos. Ao operar de forma não legalizada, a rádio acabava sendo alvo das apreensões e multas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que desde 1998 regula os veículos.

A Acibra foi uma das 26 iniciativas de rádios comunitárias apoiadas pelo Fundo Dema ao longo da última década. Além da legalização junto à Anatel, o Fundo colaborou no processo de estruturação de estúdios e na realização de seminários regionais de comunicação comunitária para fortalecer a articulação de associações em 15 municípios paraenses.

“As rádios comunitárias têm potencialmente o papel de ajudar a criar uma esfera pública mais plural, o que, em si, propiciaria um maior equilíbrio entre os atores em campo e a defesa de seus interesses – Estado, grupos de poder econômico e político e os movimentos sociais. O fortalecimento de alianças e apoios, como o que se verifica entre o Fundo Dema e rádios comunitárias na região da Transamazônica e Xingu, mostra-se essencial ao funcionamento e sobrevivência das emissoras comunitárias”, avalia Rosane Steinbrenner, professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA) e pesquisadora de rádios comunitárias na região da Transamazônica.



A ouvinte Ana Bloemer Wessler: ela não perde as programações da rádio “Popular FM”, de Brasil Novo

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Com a legalização, a “Popular FM”, adquiriu equipamentos, uma moto e uma antena de transmissão. Tudo com recursos do Fundo Dema. Com uma equipe formada por cinco estagiários, cinco locutores e dois diretores, a rádio conta com uma produção bem variada. Para atender a todos os gostos. Tem programa evangélico, como “A voz que liberta”; musicais, como o “Planeta Hits” e “Toque Sertanejo”, e os informativos “Bom dia, Brasil Novo” e “Espaço Aberto”.

Colaboradora da rádio, dona Ana já deu até dicas de receitas de plantas medicinais na programação. Seus conhecimentos são procurados por toda a cidade e por gente de outros municípios. Toda terça e quinta-feira, o jardim da casa dela fica lotado de clientes em busca de tratamento para quase todos os tipos de doenças e problemas. Os atendimentos refletem a cultura da região. “É o veneno, que está demais”, alerta. Toda semana, ela recebe alguém para tratar de alergias e inflamações, causadas pelo contato direto com pesticidas utilizados nas plantações.

O veneno derramado sobre a terra, que contamina a floresta e tudo ao redor, não é o único problema. A economia local tem como base a pecuária extensiva de corte, que opera na abertura de grandes pastagens, além da agricultura de safra, como arroz, feijão, milho e mandioca. Com 41% de área desmatada, a cidade já esteve na lista do Ministério do Meio Ambiente dos municípios que mais desmatam no Pará. Ela saiu do *ranking* em 2013 e está sob monitoramento.

Diante do cenário de Brasil Novo, a Acibra apresentou e conseguiu aprovação, em 2011, do projeto “Saúde Ambiental”, em um dos editais publicados pelo Fundo Dema. Com o financiamento, a “Popular FM” produziu e transmitiu uma série de 48 programas com informações sobre técnicas de produção sustentável. A atividade também previa a realização de oficinas e seminários sobre o tema ambiental. “Ajudou até bastante. A gente viu que o pessoal gostou, que tocou alguém aqui”, avalia dona Ana. E os programas serão novamente levados ao ar em 2014.

A LEI DA RADIOFUSÃO

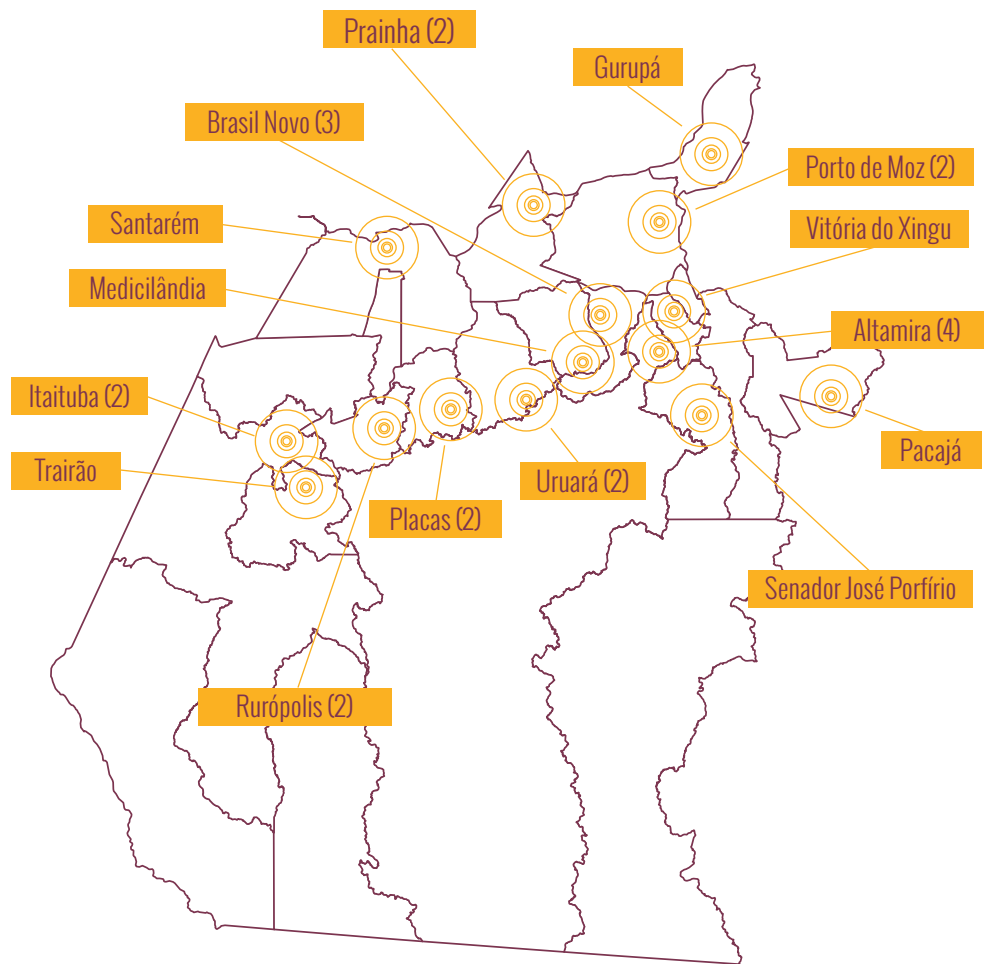
As primeiras emissoras de rádios comunitárias começaram a ser instaladas na década de 70. O baixo custo do aparelho transmissor e o alto custo das concessões governamentais impulsionaram a proliferação dos veículos clandestinos. Publicada em 19 de fevereiro de 1998, a Lei da Radiofusão Comunitária regula a operação das rádios comunitárias no Brasil. De acordo com a lei, os veículos devem operar em frequência modulada, com baixa potência e cobertura restrita.

A burocracia, que começa no Ministério das Comunicações, passa pelo Palácio do Planalto, por comissões na Câmara e no Senado, até ser publicada no Diário Oficial, torna a análise dos pedidos uma odisséia, que precisa do auxílio e articulação dos movimentos sociais para concretizar as concessões. A autorização é concedida a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. A lei tirou muitas da ilegalidade, mas limitou a atuação. Hoje, elas só podem operar na frequência 104,9 megahertz, não ter mais que 25 watts de potência, antena não superior a trinta metros de altura e ter seu alcance de transmissão de, no máximo, um quilômetro de extensão a partir do ponto de transmissão.

“A esperança é mudar a lei.

Atualmente, está em curso um processo de coleta de assinaturas (<http://www.paraexpressaraliberdade.org.br>), com o objetivo de enviar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a definição de um novo marco regulatório para a comunicação no País e que, com relação às rádios comunitárias, abriga as principais propostas para mudanças na Lei 9.612/1998, definidas na I Conferência de Comunicação (Confecom), realizada em 2009”, comenta a pesquisadora Rosane Steinbrenner.

Rádios comunitárias



Mapa de associações de rádios apoiadas pelo Fundo Dema

RECONHECIMENTO CONQUISTADO

Em Altamira, as atividades da “Rádio Nativa”, da Associação Rádio Comunitária de Altamira (Arca), também renderam muita dor de cabeça para o professor Domingos de Moraes, de 54 anos.

“Nós temos um monte de multa pra pagar daquela época. Nós penhoramos a torre uma vez. Depois eu penhorei um computador, nem vieram pegar”, lembra ele, que é diretor da rádio e presidente da Arca. Com o apoio do Fundo Dema, a Associação conseguiu os recursos necessários para concretizar a legalização. Em 2006, finalmente a concessão chegou.

A programação é, principalmente, musical e comprada. Sai mais em conta, com a pouca estrutura que a “Nativa” pode manter. Das 8h às 12h, um estagiário organiza a grade do dia. O jovem de 17 anos é uma conquista. Encontrar quem tenha interesse em trabalhar ali ficou cada vez mais complicado. “Depois que veio o Consórcio [de Belo Monte], nós não conseguimos mais. Vão tudo trabalhar na obra”, conta. Aos sábados, a programação é aberta para os movimentos da cidade. Sindicatos, igrejas, escolas, coletivos, grupos de mulheres, associações. Todos têm espaço. Basta pedir. Ao meio-dia, o programa “Megafone”, com duração de três horas, reúne jovens para debater, ao vivo, os mais diferentes assuntos.

A rádio funciona em uma sede precária. Uma casa de alvenaria de dois cômodos: o banheiro e a área de transmissão dos programas. O local fica em um bairro da periferia de Altamira, a poucos metros da Rodovia Transamazônica. Equipamentos são poucos. Fruto de uma época de muita dificuldade, com direito até à queda de raio. Ainda assim, os planos para restabelecer a “Nativa” e construir um lugar melhor para o uso coletivo continuam vivos. “É o único ponto que os movimentos sociais têm na comunicação. Eu gosto da rádio. Isso aqui já virou uma parte de mim.”

Fotos: Rafael Araújo



12

associações de rádios, com apoio de sindicatos de trabalhadores rurais e associações comunitárias realizaram projetos

R\$ 300.251,23

foi o investimento total do Fundo Dema em projetos de rádios comunitárias



“

É o único ponto que os movimentos sociais têm na comunicação. Eu gosto da rádio. Isso aqui já virou uma parte de mim.”

Domingos de Moraes, diretor da “Rádio Nativa”, de Altamira

Na página ao lado e na foto acima, instalações da “Rádio Nativa FM”: em Altamira. Abaixo, estúdio da “Rádio Popular FM”, de Brasil Novo



PROTAGONISMO FEMININO

Mães de famílias, sindicalistas, trabalhadoras rurais, lideranças sociais.

Mulheres de luta, elas marcam a trajetória de atividades do Fundo Dema e ajudaram a protagonizar histórias de conquista da cidadania e transformação social. Para estimular o protagonismo feminino nas atividades produtivas do campo, foi criado em 2014 o Fundo Luzia Dorothy do Espírito Santo, destinado ao fortalecimento da autonomia econômica das mulheres rurais.

3

LIDERANÇA FEMININA



Shirleyd Ferreira, presidente da Associação de Mulheres Dom Oscar Romero (Amdor): força e persistência para alcançar objetivos

MULHERES DE LUTA

Associação em Uruará foi buscar nas frutas da região o caminho para vencer a pobreza

Grávida da terceira filha, Shirleyd Ferreira dos Santos passou o ano de 2012 entre documentos, ofícios e peregrinações em órgãos públicos para conseguir o terreno que hoje vai abrigar a fábrica de polpa de frutas da Associação de Mulheres Dom Oscar Romero (Amdor). Render-se à burocracia do sistema não era opção. Presidente da Amdor, ela liderava – e ainda lidera – um grupo de mulheres que enfrentou tempos difíceis na condução do negócio. Persistiu, quando tudo parecia desmoronar.

Nordestina, como muitas das mulheres da Amdor, Shirleyd chegou ao Pará com a família em 1994. Veio pelo desejo partilhado por tantos trabalhadores desde o começo da ocupação na Transamazônica: a vida mais digna. A Associação, criada no município de Uruará em 1997, nasceu para confrontar a realidade dura das famílias devastadas pela miséria e pela pobreza. Unidas, as mulheres desenvolveram trabalhos de corte e costura, pintura, artesanato. O retorno financeiro, porém, não chegou. Em 2005, com o apoio do Fundo Dema

e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, elas iniciaram a produção de polpa de frutas. O começo da transformação que daria origem à marca “Amdor Fruits”. Com o financiamento do Fundo, participaram de oficinas de capacitação em técnicas de produção e manuseio da polpa, de comercialização e marketing, compraram utensílios para a mini-indústria e fizeram cursos de capacitação. O que não impediu a primeira crise da entidade, em meados de 2008. Para completar, elas precisavam lidar com a falta de incentivo dentro de casa.

“Tivemos muitas companheiras que os esposos eram o maior obstáculo”, lembra Shirleyd. Nem todos os maridos gostavam da ideia das mulheres trabalhando fora de casa ou investindo em um negócio aparentemente sem futuro. Na época, elas precisaram arregaçar as mangas para pagar as dívidas da Associação e não sobrava dinheiro para nada.

A desmotivação atingiu muitas das integrantes da Amdor, que resolveram abandonar o empreendimento. “As que ficaram, estão até hoje”, comenta. A agricultora Ineide de Castro Campos, de 53 anos, é dessa época. Atuou como uma voz de estímulo às companheiras e não pensou duas vezes em ajudar no trabalho pesado. “Estamos na luta. A gente nunca desiste. Uma hora a gente vai conseguir. Além do mais, trabalhar em coletivo é muito bom”, afirma.

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

A agricultora Ineide de Castro, da Amdor: prazer pelo trabalho em grupo



ESFORÇO COLETIVO PELA SEGURANÇA ALIMENTAR

Juntas, as mulheres da Amdor enfrentaram a crise e reverteram a história de um possível fracasso. Não sem muito trabalho. Foram para a roça colocar a mão na terra e colher da floresta a matéria-prima para o sucesso. Pagaram as dívidas com fornecedores e não deixaram de ir atrás de novos apoios e parcerias para outras empreitadas. O Sebrae se tornou um outro grande parceiro. Desde 2008, fornece consultoria em gestão, cursos técnicos e formação para a equipe da Amdor.

O principal mercado da Associação hoje são os programas federais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que promove acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento e a prefeitura. A matéria-prima, cacau, cupuaçu, açaí, acerola, maracujá, vem da agricultura familiar, de 150 famílias da região. Outra parte dos recursos também é originada da venda da polpa para a rede pública de ensino de Uruará, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); além dos recursos oriundos dos subprodutos fabricados pela Amdor, como geleias e licores. A renda gerada no fim do mês para as mulheres que trabalham na fábrica é de R\$ 800.

“Estamos trabalhando para aumentar esse valor”, adianta a presidente de 34 anos. Apesar de baixa, a remuneração consegue ficar acima da renda média do município, de R\$ 353,67. O dado é um dos itens avaliados no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, levantamento anual realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Uruará detém um dos mais baixos IDHMs do Pará, ocupando a 62ª posição. (Saiba mais sobre o IDHM dos municípios na página 32)

E os projetos não param. Com a construção da sede e da fábrica, as mulheres da Amdor vão abandonar o aluguel e colocarão em prática novos sonhos e desejos. “Queremos empregar na malharia [que faz parte do projeto de construção da nova sede] 10 mulheres, produzir 1.700 peças por mês e colocar tudo no mercado. Empregar 15 pessoas na fábrica no primeiro ano de funcionamento e 500 no segundo”. As metas podem até parecer altas. Desistir, no entanto, é palavra que não cabe. “Eu sou um pouco tihosa. Quando alguém diz que algo é impossível, sempre pergunto se alguém conseguiu. Se tem uma pessoa que foi capaz, então eu também consigo”, garante Shirleyd.



Polpa de frutas é o principal produto comercializado pela Amdor: programas de aquisição alimentar do governo federal representam alguns dos mercados

MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E TRABALHO CONSTANTE

No Baixo Amazonas e BR-163, mulheres se mobilizam para superar os problemas das regiões

Ao longo da trajetória do Fundo Dema, mais de 40 projetos tiveram a participação de mulheres. No comando de sindicatos, na articulação de movimentos, no apoio a iniciativas em prol da cidadania da Transamazônica ao Baixo Amazonas, elas estão sempre presentes. Superam as distâncias que as separam das políticas públicas, a geografia de conflitos agrários, os perigos do embate em terras com presença ainda ineficiente da lei. Vencem o machismo e o preconceito por serem mulheres.

“Há companheiros [de militância] que desacreditam na gente. Muitas vezes os maridos não deixam as mulheres participarem. Mas a gente está quebrando isso e temos conseguido trazer essas mulheres para a discussão. Elas têm potencial de tomar conta de uma

associação, de presidir um sindicato. Acho que acabou esse tempo de mulher ter medo”, diz Maria Madalena Oliveira, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba, na área da BR-163.

Parceiro do Fundo Dema na região, o Sindicato, com a liderança feminina, articulou projetos para as localidades mais distantes. Em 2004, a Associação de Mulheres da Comunidade São Benedito, em Itaituba, conseguiu aprovar um projeto no Fundo para gerar renda com a produção de farinha de mandioca. O financiamento permitiu o levantamento participativo sobre os sistemas familiares de produção e a introdução a práticas de manejo, além da construção de um barracão comunitário.

Em Santarém e no Baixo Amazonas, Marilene Rocha se divide entre as atividades no Sindicato dos Trabalhadores

e Trabalhadoras Rurais, na Casa Familiar Rural, da qual é presidente, e a família. Mãe de quatro filhos, já criados e devidamente encaminhados, ela conseguiu mais tempo para se dedicar.

O marido de Marilene preferiu ficar cuidando da roça e das criações do casal na comunidade de Vista Alegre, a cerca de seis horas de barco da cidade. Foi uma decisão calculada.

“Ninguém queria abandonar essa coisa de ser agricultor. Então, ele cuida da nossa roça. Quando eu tenho folga, vou visitá-lo ou ele vem aqui. E também nos falamos por telefone”. Os dias longe de casa foram difíceis no começo, mas contribuíram para fortalecer a relação e parceria do casal.

“A amizade ficou melhor”, diz a agricultora de 45 anos, dinamizadora do Fundo Dema e integrante do Comitê Gestor.



HISTÓRIA AFRICANA



Na comunidade quilombola Itaqoã, Antônia Lúcia Nascimento Holles, 54 anos, perpetua a história dos povos ancestrais.

Formada em pedagogia, se especializou em História da África pela Universidade Federal do Pará, em Belém. Quando terminou o curso, passou a dar aulas da disciplina sobre africanidades, como prevê a Lei 10.639/03, que estabelece obrigatoriedade de ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” na rede de ensino no Brasil.



**Marilene Rocha ,
presidente da Casa
Familiar Rural de
Santarém:** desafios para
superar a ausência do Estado
e as dimensões do Pará

VIOLÊNCIA À ESPREITA

Assumir a frente das lutas sociais traz o risco das ameaças de morte e dos possíveis assassinatos. O perigo já ronda o cotidiano de Marilene. “A ex-presidente do Sindicato [dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, Ivete Bastos] até hoje só anda com segurança”, lembra. Levantamento da Comissão Pastoral da Terra mostra que das 241 pessoas marcadas para morrer no Brasil em 2013, 40 são mulheres. Quatorze delas vivem no Pará. Nos últimos dez anos, 20 mulheres foram assassinadas, 55 sofreram tentativa de assassinato no país. Os dados, no entanto, registram apenas uma parte da violência real vivida no campo.

Para atender às demandas dos trabalhadores da zona rural, Marilene e os

colegas de militância precisam lidar ainda com as dimensões continentais do estado e com velhos inimigos à sobrevivência dos povos da floresta. A extração de madeira ilegal ainda é uma memória viva na área, além do avanço do agronegócio e a possibilidade cada vez mais concreta da instalação de hidrelétricas ao longo do rio Tapajós anunciam anos de muito enfrentamento contra o modelo de desenvolvimento planejado para a área.

Em Itaituba e nas cidades ao longo da BR-163, o cenário apresenta embates e sofrimentos bem parecidos. Os problemas não intimidam. “A gente olha para trás e vê que o povo precisa de gente que lute por ele. Se a gente desvanecer, fica pior”, acredita Maria Madalena.

Parte desse processo de formação teve uma simbólica contribuição do Fundo Dema. Localizada no município do Acará, a comunidade fica à beira do rio Guamá. Com recursos do Fundo, a comunidade conseguiu reformar o barco que serve de transporte para os alunos da região e foi um dos caminhos para Antônia conseguir

estudar em Belém e ajudar a partilhar com as novas gerações os conhecimentos sobre o povo afro.

“Eu sou a única professora da educação básica que dá aula sobre africanidade na região. Os professores que vêm de fora não ligam para a importância da disciplina para o resgate e compreensão de nossa história.

Para que ela se perpetue, propus à escola levar as crianças para a casa dos idosos para escutar as histórias dos mais velhos, e assim temos feito com elas. Acho importante, porque os idosos têm a oportunidade de exercitar a memória e as crianças de entenderem nossas origens e passar adiante”, diz.

MULHER E
RIBEIRINHA

COMUNIDADE QUE NASCEU PARA BRILHAR

Localidade de Anã reluz no interior da floresta com atividades pautadas pela sustentabilidade

Na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, em Santarém, a comunidade ribeirinha de Anã vive sob o imaginário das lendas amazônicas. E tece os caminhos para cumprir o destino anunciado por Muanã, ser encantado com corpo de cobra, protetor dos moradores. Em uma de

suas aparições, afirmou: “Ela brilharia mais do que a Estrela D’alva”.

Impregnada por essa mitologia, a comunidade reluz no interior da floresta com as práticas de piscicultura, meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão), produção de farinha, criação de galinha e turismo agroecológico. E, em

Anã, é também uma mulher que representa a imagem de liderança. Maria Odila Duarte Godinho, de 63 anos, preside a Associação dos Piscicultores Agroextrativistas de Anã e mobiliza as 35 famílias do lugar para o projeto de produção sustentável de peixe. O apoio vem ainda do Musa, o Movimento de Mulheres Sonhadoras de Anã.



A Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns foi criada em 1998. Tem uma população de 22 mil pessoas, em 74 comunidades, que vivem do extrativismo e da agricultura familiar.

Com a parceria do Fundo Dema, os moradores de Anã terão um espaço para fabricação de ração orgânica para os peixes – hoje, o produto é comprado. Com o projeto, os comunitários passarão a fabricar e reduzir os custos. A iniciativa prevê ainda a instalação de mais uma gaiola (tanques para os peixes), além das 15 existentes. Uma gaiola custa em torno de R\$ 3 mil, com profundidade de 1,5 m e capacidade para aproximadamente 700 peixes.

Tanques do projeto de piscicultura. Com apoio do Fundo Dema, produção de peixes será fortalecida na comunidade



Foto: Flávia Galvão/Fundo Dema

“

Quem tem peixe, tem comida de qualidade no prato. Isso nos animou e continuamos, porque sabíamos que tinha de ter uma alternativa de subsistência. Com a casa da fábrica de ração, a gente também pretende ajudar as outras comunidades a criar peixes, já que a produção vai baratear.”

Maria Odila Duarte Godinho, presidente da Associação de Piscicultores Agroextrativistas de Anã



Fotos: Vania Carvalho/Fundo Dema



CIDADANIA PARA TODOS

Movimento de mulheres consolida espaço de construção coletiva por direitos



Espaço Mulher Cidadã, em Altamira: lugar recebe demandas da comunidade e funciona como espaço para debates, encontros e formação

Se no município de Uruará, as mulheres assumiram os postos de trabalho para ajudar e até mesmo comandar as finanças das famílias, em Altamira o Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira/Campo e Cidade (MMTA-CC) se organizou para também lutar por outras formas de cidadania. Um dos resultados desse esforço conjunto foi a construção do Espaço Mulher Cidadã, com recursos do Fundo Dema.

O dinheiro permitiu o acabamento do prédio e a realização de atividades de formação como encontros, seminários e

oficinas, que não ficaram restritos a um só projeto com o Fundo. A união feminina garantiu o acesso de homens, crianças e jovens aos processos de construção de direitos. Afinal, essas trabalhadoras do campo e da cidade não batalham apenas por causas próprias. Elas carregam a essência das iniciativas financiadas pelo Fundo: a capacidade de beneficiar um coletivo de pessoas.

“Aqui é um espaço para a comunidade. Tem reuniões, aniversários. Aqui é onde fazemos as nossas reuniões do movimento de luta, dos projetos que vamos desenvolver. Já realizamos aqui cursos

para geração de renda para as mulheres, capacitações”, lista Maria Raimunda Lima, 50 anos, atual presidente do Movimento.

De tão coletivo e multiuso, o espaço já abrigou até velório. Localizado no bairro Boa Esperança, é lugar de alternativas, de formação de cidadania, consolidada com a ajuda de parceiros.

“O legal do Fundo Dema é que ele faz o recurso chegar na ponta”, elogia Antônia Martins, integrante do Movimento e dinamizadora na região. Depois de finalizado, o prédio pode abrigar com segurança e conforto as propostas idealizadas pelas mulheres.

INCENTIVO AOS MAIS JOVENS

A preocupação com o destino da juventude da região tem impulsionado a elaboração de projetos ligados a esse público. Frandson Alves da Costa foi um dos participantes dessas iniciativas voltadas para estimular o protagonismo juvenil. Aos 18 anos, ele faz parte de uma série de grupos que debatem os direitos das crianças e adolescentes. A experiência no projeto trouxe aprendizados e conhecimentos e a vontade de defendê-los. Não à toa, ele quer fazer vestibular para Direito.

O engajamento de Frandson acabou criando um jovem de luta nos mais diferentes locais e grupos de atuação. No colégio em que estuda

o 3º ano do Ensino Médio, os reflexos dessa militância vieram logo. “Meu primeiro passo foi ajudar a construir o grêmio estudantil, o primeiro de Altamira”, comenta o jovem. Intitulado “Unidos pela Educação”, o grêmio completa dois anos em 2014 e com novos resultados para apresentar. Os estudantes aprovaram um projeto de rádio na escola e conseguiram R\$ 19 mil em um programa do governo federal para a compra de equipamentos. A ideia é transmitir programas sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. As radionovelas da ONG “Rádio Margarida”, que trabalha o tema, serão reproduzidas na escola.

“

Antes [de participar dos projetos do Movimento de Mulheres] não sabia nada sobre os direitos das crianças e adolescentes. Não sabia nem o que era protagonismo juvenil.”

Frandson Alves da Costa, estudante atendido por projeto desenvolvimento pelo MMTA-CC



Fundo Autônomo de Mulheres Rurais

Fundo Dema incorporou, em 2014, o Fundo Luzia Dorothy do Espírito Santo, destinado ao fortalecimento da autonomia econômica das mulheres rurais. O nome é uma homenagem a Luzia Fati, Dorothy Stang e Maria do Espírito Santo, personagens que são símbolo de resistência em favor da agricultura familiar, da preservação da floresta e contra o avanço do agronegócio.



Maria Raimunda Lima (de blusa verde): atual presidente do MMTA-CC

40

Em dez anos, Fundo Dema investiu em mais de 40 projetos que tiveram a participação de mulheres como apoiadoras, parceiras, protagonistas e beneficiárias



Antônia Martins,
integrante do
movimento de
mulheres

TIPOS DE PROJETOS

De 2004 a 2013,
o Fundo apoiou 26
projetos diretamente
com 11 organizações
de oito municípios
paraenses

18

Encontros e
formações

8

Produção agroflorestal,
construção e informatização de
sede, espaços para cidadania,
motos, poço artesiano de
captação de água

26

Total

projetos

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Historicamente marginalizados, os povos indígenas e comunidades quilombolas recebem atenção especial do Fundo Dema no fortalecimento da garantia de direitos e na luta por justiça ambiental na Amazônia

4

DIREITOS RECONHECIDOS

Fundos específicos para quilombolas e indígenas fortalecem o papel desses povos para a floresta

Da herança deixada pelos ancestrais, eles guardam a memória de saberes antigos, a relação com a floresta. Partilham modos de viver e produzir que confrontam os modelos econômicos pensados para a Amazônia. Aprenderam que a natureza é sagrada e a vida merece respeito. O legado de sua história ainda procura espaços para fincar raízes na terra que detêm por direito. Expulsos, perseguidos, massacrados e à margem dos processos sociais por gerações, quilombolas e indígenas conseguiram, pelo Fundo Dema, o apoio para acessar os recursos necessários à conquista e à defesa dos próprios direitos, por meio

de projetos específicos e criação de fundos para atender a dinâmica dessas populações.

Em 2008, uma parceria entre Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo (Malungu), Fundo Dema e Fundação Ford oficializou o Fundo Dema de Apoio às Comunidades Quilombolas do Pará. Gerido por um comitê gestor (confira na página 45), formado por representantes de remanescentes de quilombos paraenses, o Fundo apoiou 23 projetos de fortalecimento de organizações e comunidades entre os anos de 2009 e 2010. Além disso, intensificou a formação dos povos com encontros e

seminários, e forneceu proteção especial às lideranças quilombolas ameaçadas por lutarem por justiça e cidadania no Pará.

“Iniciamos uma campanha de legalização das associações e algumas delas se filiaram à Malungu”, comemora Luzia Alcântara, coordenadora de Igualdade e Gênero da entidade. Com a ação, 16 associações foram legalizadas. “A gente conseguiu avançar depois disso e levar os projetos para as comunidades”, comenta Luzia. A campanha levou informação para as entidades sem experiência com as regras dos processos de regularização e deu força à expressão “malungu”, palavra de origem africana para “companheiro”.



Fundo Dema apoia a legalização de associações e processos de formação, como seminários e encontros, e a produção agroflorestal

Quando o conhecimento não era problema, faltava o recurso para registrar diante da lei a existência das entidades. Foi o que aconteceu em 2010 com a Associação de Remanescentes de Quilombo São Benedito da Ponta, em Salvaterra (PA). Irregular, depois da troca de diretoria, faltava dinheiro para dar conta das documentações exigidas. “Conseguimos através do Fundo Dema”, lembra José Júlio Fernandes da Conceição, presidente da Associação na época.

Embora simples, o procedimento é um ponto de partida para que as comunidades possam ter acesso às políticas públicas. Em agosto de 2013, a São Benedito aprovou, em um dos programas do governo federal, o financiamento para um projeto de criação de peixe, uma das principais fontes de renda da comunidade, formada por mais de 30 famílias. A retomada de conquistas é motivo de orgulho.

“Antes, nós, da raça negra, éramos discriminados. Hoje, nós temos conseguido nossos objetivos. Isso é uma grande honra”, diz José Júlio. Honraria que representa o começo de uma longa caminhada pelo reconhecimento dos direitos quilombolas. Outro passo importante é a titulação do território, que trará a segurança almejada pelos quilombolas. “Estamos cercados por fazendeiros. É um conflito muito grande”, alerta Júlio. A localidade convive com a invasão das terras e a presença constante de seguranças armados no curso dos rios e das áreas. Lembrança viva dos confrontos pela posse da terra, que marcam a trajetória dos povos da floresta na Amazônia.

3.094

famílias foram beneficiadas pelas atividades do Fundo

Foto: Rafael Araújo



AÇAÍ, O CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE

Na comunidade Espírito Santo, localizada no município de Acará, os remanescentes de quilombolas encontraram na própria floresta a solução para gerar renda para as famílias, fortalecer a segurança, alimentar e propor práticas de produção mais sustentáveis. Conseguiram, no mais popular alimento da mesa dos paraenses, a alternativa para produzir e viver melhor. Em 2010, a Associação de Moradores e Agricultores da comunidade inscreveu o projeto Manejo de Açai Autossustentável Coletivo e Consorciado: conquistando o nosso território e fortalecendo a Malungu. Apoiada pelo Fundo Dema, a comunidade conseguiu pouco a pouco substituir a atividade de produção de carvão. Hoje, todas as famílias têm açai. O produto é vendido no Porto da Palha, em Belém. “Toda a comunidade trabalhava com o carvão. Trabalhar com o carvão agride o

meio ambiente e a nossa saúde. Muitas pessoas adoeciam porque entra aquele pó pelo nariz. Eu tenho problema de coluna por causa do trabalho com o carvão. A gente sabia que o açai ia dar uma grande renda para a comunidade. Há uns seis anos passamos a fazer o plantio. A gente estava precisando de alguém para incentivar a ir lá plantar e mudar de vida. A Malungu agarrou as nossas mãos e nós fomos para cima. Melhorou muito mais. Esse apoio do Fundo Dema foi uma ajuda muito grande para a comunidade, incentivou as pessoas. Aprendemos conhecimentos técnicos e isso vai fazer com que famílias venham a dar um basta na atividade do carvão que prejudica o meio ambiente”, avalia Maciel Trindade Seabra, presidente da Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade Quilombola do Espírito Santo desde 2012.

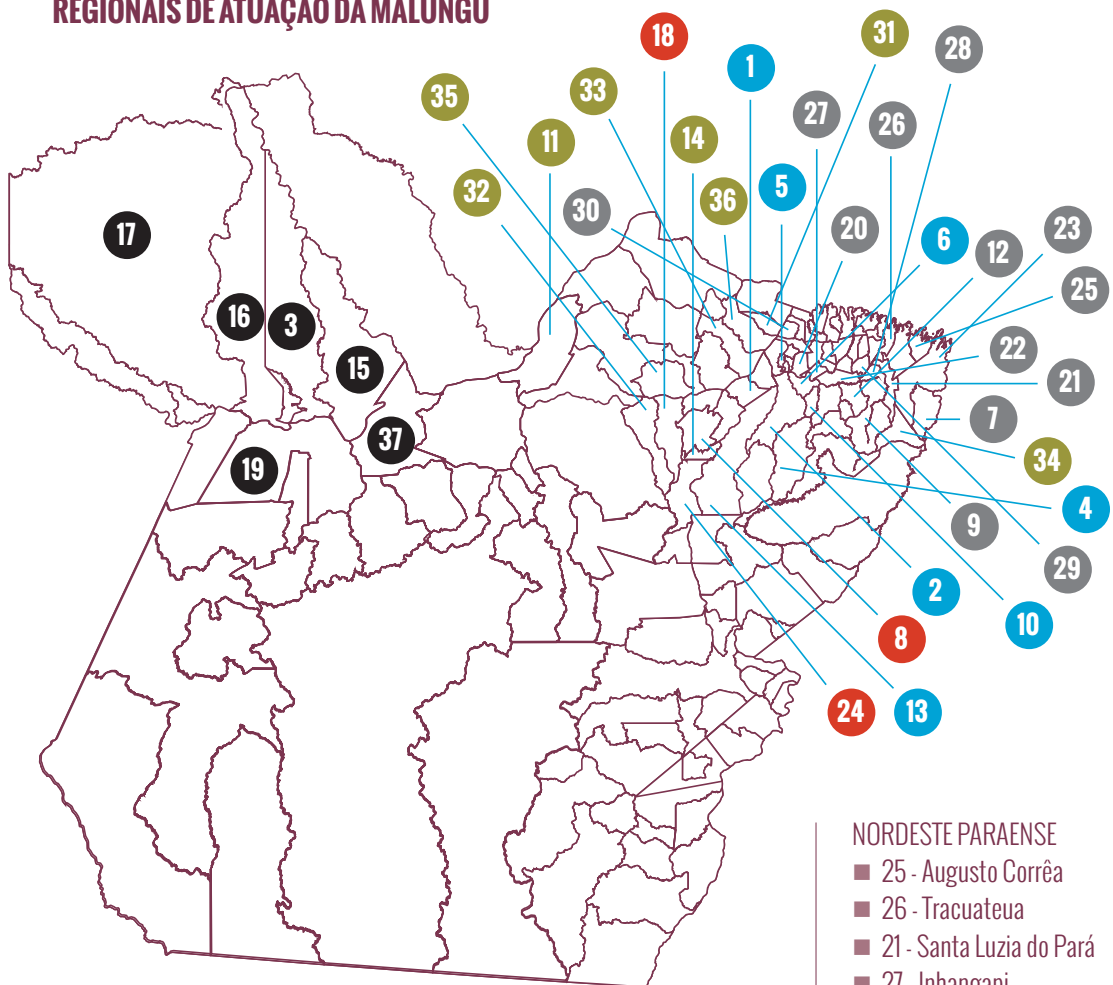
HISTÓRIA

Embora o emprego da mão de obra negra na Amazônia não tenha alcançado as mesmas cifras em outras regiões do país, teve uma grande importância para a economia local. Nas várias regiões do Pará, os escravos foram usados como mão de obra nas atividades agrícolas e extrativistas, nos trabalhos domésticos e nas construções urbanas. A história da escravidão foi marcada pela resistência de negros e índios que buscaram liberdade por meio da fuga, da construção dos quilombos e da participação na Cabanagem.

Foi no município de Oriximiná, que pela primeira vez uma comunidade quilombola recebeu o título coletivo de terras, no ano de 1995. Desde 1998, o Pará conta com uma legislação que regulamenta o processo de titulação dessa categoria de terras. Inovadora, a legislação garante o direito à autoidentificação das comunidades sem a necessidade do laudo antropológico - reconhecido pelo governo federal em 2003.

(Fonte: Comissão Pró-Índio)

MAPA COM MUNICÍPIOS POR REGIONAIS DE ATUAÇÃO DA MALUNGU



- GUAJARINA**
- 13 - Moju
 - 10 - Concórdia do Pará
 - 5 - Ananindeua
 - 6 - Bujaru
 - 1 - Abaetetuba
 - 4 - Tomé-Açu
 - 2 - Acará

- TOCANTINA**
- 8 - Cametá
 - 18 - Oeiras do Pará
 - 24 - Baião

- BAIXO AMAZONAS**
- 17 - Oriximiná
 - 16 - Óbidos
 - 15 - Monte Alegre
 - 3 - Alenquer
 - 19 - Santarém
 - 37 - Prainha

- NORDESTE PARAENSE**
- 25 - Augusto Corrêa
 - 26 - Tracuateua
 - 21 - Santa Luzia do Pará
 - 27 - Inhangapi
 - 20 - Santa Izabel do Pará
 - 22 - São Miguel do Guamá
 - 12 - Irituia
 - 9 - Capitão Poço
 - 23 - Viseu
 - 28 - Ourém
 - 7 - Cachoeira de Piriá
 - 29 - Bonito
 - 30 - Colares

- SALGADO PARAENSE**
- 11 - Gurupá
 - 31 - Salvaterra
 - 32 - Bagre
 - 14 - Mocajuba
 - 33 - Ponta de Pedras
 - 34 - Nova Esperança do Piriá
 - 35 - Curralinho
 - 36 - Cachoeira de Arari

COMITÊ GESTOR FUNDO QUILOMBOLA



Na área de atuação da Malungu, o Fundo apoiou projetos em 23 municípios do Nordeste Paraense e Baixo Amazonas



POVOS DA
AMAZÔNIA

FUNDO DEMA E OS INDÍGENAS

Foto: Marcelo Salazar/ISA

Apoio às populações tradicionais busca promover a autonomia das comunidades

O compromisso com o fortalecimento dos povos indígenas na Amazônia e o surgimento do Fundo Indígena Xingu (FIX) é resultado da parceria entre o Instituto Humanitas (IH), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Fundo Dema. “É o único Fundo que a gente pode afirmar que está funcionando em prol dos indígenas. Além de ser administrado pelos próprios índios”, avalia Kore Kayapó, integrante do FIX e dinamizador do Fundo Dema na região e morador da Terra Indígena Baú.

Em 2009, a Fundação Ford destinou R\$ 140 mil para financiamento de projetos. Das 21 iniciativas apoiadas pelo Fundo Dema, quatro são diretamente pelo FIX. Os recursos fomentam associações, a participação em encontros e processos de

formação e articulação com movimentos sociais. No Médio Xingu, lideranças e integrantes das associações indígenas participaram de capacitações para gerenciamento de projetos, com foco na burocracia da prestação de contas. “Foi bem positivo, porque é uma deficiência que as associações têm. Na hora de prestar contas, você não tem o conhecimento”, pontua. Durante as mobilizações, um outro problema apareceu, a falta de regularização das entidades, o que acabou provocando um esforço coletivo para legalizá-las. “O Fundo Dema botou fé, ajudou as associações e dentro do FIX foi destinado um recurso para ajudar nisso”, lembra Khawvady Xipaya, o “Ney”, membro do Comitê Gestor do FIX e vice-presidente da Associação Tyjahihi, na aldeia Tucamã.

“

O FIX é o único Fundo que a gente pode afirmar que está funcionando em prol dos indígenas, além de ser administrado pelos próprios índios.”

Kore Kayapó,
Terra Indígena Baú



3.500

O Fundo Dema já apoiou 21 projetos diretamente com organizações indígenas, 17 com recursos do capital fiduciário e quatro pelo FIX. Participaram indígenas de 10 etnias, de 16 aldeias das regiões do Tapajós e Xingu. Foram beneficiadas aproximadamente 3.500 pessoas com as iniciativas.

9

projetos de produção agroflorestal, com recomposição de espécies florestais e de frutíferas nativas da Amazônia, miniprocessadoras de mandioca e castanha-do-pará, oficinas de artesanato e criação de pequenos animais.

12

projetos de apoio a participações em encontros, formações, articulações, fortalecimento institucional e proteção da Terra Indígena Baú.

O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO FIX

Altamira é um caldeirão étnico, cujo processo, iniciado no século XVII, é francamente marcado pela expropriação territorial, genocídios e pela dominação cultural dos povos indígenas. O reconhecimento dos territórios, iniciado a partir dos anos 1970, tem estreita relação com o avanço da fronteira agropecuária e madeireira que impõe, além de um contingenciamento territorial - sempre marcado por conflitos - , pesadas perdas culturais, sociais e econômicas.

ACESSO A RECURSOS

A partir de 2013, o FIX passou a contar com recursos do Convênio Fase/Fundo Amazônia para a realização de financiamentos, por meio de chamadas públicas.

A legalização da Tyjahihi é fruto desse trabalho. Parece muito pouco diante de todas as necessidades que as populações tradicionais vivenciam. No entanto, é um passo necessário no reconhecimento aos direitos de quem vive literalmente distante dos grandes centros urbanos e da cidadania. Encravada na mítica Terra do Meio, território rico em florestas, águas e produtos minerais e florestais, a aldeia fica na divisa entre as reservas extrativistas do Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri. Para sair da região e chegar à sede do município de Altamira, o caminho mais barato e próximo da realidade das tribos são as águas. “No verão são quatro dias de voadeira. Quinze dias de barco”, compara Ney.

O Fundo Dema contribuiu ainda no fortalecimento da luta pela defesa dos direitos dos povos atingidos pela construção das obras da Usina de Belo Monte, projeto que antes mesmo de instalado já afetava a rotina das etnias e aldeias da região. Os povos precisaram adiar as mobilizações para elaborar iniciativas voltadas para geração de renda, e inscrevê-las em editais para concentrar energias no embate à ameaça mais urgente que se aproximava da vida das populações. Com a obra, os moradores das margens do Rio Xingu vão ter a pesca e a navegação prejudicadas.

AUXÍLIO

Na Terra Indígena Baú, a maior da América Latina, uma das primeiras ações realizadas após a criação do Fundo foi o projeto de fortalecimento da Associação Comunitária Indígena Tapiête. Os integrantes e a comunidade participaram de oficinas sobre noções de direitos indígenas. Localizado ao sul de Altamira, no Pará, o território Baú é símbolo da resistência indígena. Rica em madeira nobre e minérios, a área é alvo da ação de madeireiros e garimpeiros. Em 2012, o Fundo Dema apoiou uma ação de vigilância e fiscalização na área. “Retiramos os 20 garimpeiros que invadiram nossas terras. É um problema constante. A gente tira, e dez dias depois eles voltam”, lamenta Kore. A relação nem sempre é pacífica.

Os conflitos na área reverberam os dilemas vividos pelas populações indígenas no Brasil, que seguem reprimidas pelas ameaças de morte e assassinatos. O Relatório da Comissão Pastoral da Terra de 2013 registra o avanço dos riscos sobre os povos. “Quinze dos 34 assassinatos registrados são de indígenas. São também indígenas dez das 15 vítimas de tentativas de assassinato, e 33 das 241 pessoas ameaçadas de morte”, anuncia a publicação. Mas o perigo permanente não diminui o desejo de mudança. “A gente nunca vai parar, senão fica pior”, acredita Kore.

Foto: Marysol Vinagre/Fundo Dema



Foto: Matheus Otterloo/Fundo Dema



Nas fotos, a indígena Kayapó na aldeia Baú, ao Sul de Altamira, e o índio Munduruku, na aldeia Praia do Índio, em Itaituba



A TERRA DO MEIO

É chamada assim por ficar entre os rios Xingu e Iriri. Região cercada por florestas e rios, ela compreende a Reserva Extrativista (Resex) do Rio Iriri, Resex Riozinho do Anfrísio, Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, Estação Ecológica (Esec) da Terra do Meio, Resex do Médio Xingu, Parque Nacional (Parna) da Serra do Pardo e as Terras Indígenas Cachoeira Seca, Xipaya, Curuaia. Juntos, abrigam uma área protegida de 8,48 milhões de hectares, conectados por uma malha de rios. A Terra do Meio alcança os territórios dos municípios de Altamira, São Félix do Xingu e Trairão. A barreira natural, aliada a existência de terras indígenas, ajudou a conter a devastação comandada pelo governo militar na década de 70 e a exploração dos ciclos da borracha.



ETNIAS NO COMITÊ GESTOR

Xikrin
Xipaya
Arara
Juruna
Parakanã
Assurini
Munduruku
Xakriabá
Kayapó
Arapiun/Borari

COMITÊ GESTOR DO FUNDO INDÍGENA DO XINGU (FIX)

Indígenas Aldeados Rota Bacajá
2 representantes

Indígenas Aldeados Rota Iriri
2 representantes

Indígenas Volta Grande
2 representantes

Indígenas Aldeados Rota Xingu
2 representantes

Indígenas Ribeirinhos
4 representantes

Indígenas Citadinos
4 representantes

BR-163 (indígenas)
4 representantes

Baixo Amazonas (indígenas)
2 representantes

FASE/FUNDO DEMA
2 representantes

Pastoral Indigenista da Prelazia do Xingu
2 representantes

REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

No capítulo a seguir, confira um artigo sobre o conceito de justiça ambiental defendido pelo Fundo Dema e o desafio para torná-la uma realidade concreta. Em entrevista, o presidente do Comitê Gestor do Fundo, Matheus Otterloo, avalia esse trabalho e reafirma os rumos positivos do movimento social.

5

O FUNDO DEMA COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Para os povos e comunidades locais, a realização da justiça ambiental será conferida quando as dinâmicas de desenvolvimento para e na região reconhecerem e integrarem a existência e a cidadania dessas populações. Justiça ambiental compreendida como a proteção contra os impactos ambientais do desenvolvimento e a participação efetiva nas decisões relacionadas ao uso dos recursos naturais nos territórios de forma igualitária e justa, independente da origem social, étnica ou de classe.

O processo de reconhecimento dessas populações se apresenta principalmente através de três dimensões das práticas sociais. **As ações de qualificação e fortalecimento**, que dizem respeito à valorização dos conhecimentos desses povos e da sua compreensão sobre o desenvolvimento do país, pela sua capacidade de argumentação, força organizativa, domínio dos próprios territórios, autonomia e manutenção de uma cultura viva. **O reconhecimento dos direitos que detêm**, seja no âmbito do Judiciário, seja no âmbito de políticas públicas, à medida em que as comunidades se fortalecem e suas reivindicações podem encontrar eco. **A constituição** como agentes econômicos ativos, capazes de autossustentação e de aporte à economia local, regional e nacional, sendo sua reprodução social e econômica inseparáveis da sustentabilidade do ecossistema e da qualidade de vida.

No contexto atual, no qual Poder Executivo e Poder Legislativo apostam no “crescentismo”, e por isso não hesitam em fazer da região amazônica a nova fronteira de um desenvolvimento a qualquer custo, as populações locais não têm vez e voz, senão como beneficiárias de políticas marginais. Qualquer política pública que queira reconhecer os direitos e o papel dessas populações na preservação do ecossistema precisa avançar nos mecanismos de “empoderamento” e fortalecimento de agroextrativistas, pescadores, camponeses, agricultores e agricultoras familiares, a partir das suas identidades.

Frente ao atual quadro de injustiça, que coloca em perigo não somente os povos e comunidades locais, mas também o próprio bioma amazônico, o Fundo Dema se afirma como fundo promotor de justiça ambiental. De um lado, é fruto da luta de organizações e movimentos sociais da região da Transamazônica e Xingu, no oeste do Pará, que inovaram ao propor, ao invés da compensação, uma sanção a um crime ambiental que restituísse aos moradores da região a madeira extraída ilegalmente. De outro, está engajado no apoio a ações de enfrentamento das injustiças ambientais e na popularização de experiências democráticas e sustentáveis, promovidas pelas populações do campo e da floresta.

Os 244 projetos apoiados até agora, buscam, de diversas maneiras, fortalecer os sujeitos locais e garantir vida digna às famílias. Como o projeto Açai com Farinha, do Assentamento Agroextrativista do Lago Grande, o qual demonstra a resistência de mais de cem famílias ao avanço de grandes empreendimentos na região de Santarém. As atividades garantiram o fortalecimento do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a criação de um plano de uso do território e a valorização dos seus recursos naturais.

Por fim, entende-se que o atual modelo de desenvolvimento levará de maneira inexorável à destruição do bioma amazônico, que terá consequências incalculáveis, colocando em risco a alimentação e a saúde dos setores mais desprotegidos, muito além da região, que se tornarão vítimas de uma injustiça ambiental. Desta forma, para alcançá-la, é necessária a constituição de um novo paradigma de sociedade, que seja democrática e ambientalmente sustentável, para a qual o Fundo Dema se compromete junto às populações, parceiros e redes com as quais atua.



Jean Pierre Leroy
Assessor nacional FASE



Letícia Tura
Diretora executiva
nacional FASE

É PRECISO CULTIVAR A ESPERANÇA

O educador Matheus Otterloo faz um balanço de atividades e reafirma os rumos positivos do movimento social

O futuro acena com uma certeza: é preciso transformar o presente para garantir a sobrevivência da vida no planeta. Nos últimos dez anos, o Fundo Dema tem mostrado a existência de alternativas de viver e produzir sem esgotar a floresta, com o apoio a projetos coletivos e de desenvolvimento socioambiental. As iniciativas apontam a solução para reverter os tempos dramáticos que se aproximam.

Na entrevista a seguir, o presidente do Comitê Gestor do Fundo, Matheus Otterloo, avalia o trabalho realizado ao longo da década, aponta os aprendizados de uma história de persistência e luta, se emociona com as perdas de amigos durante a resistência a um modelo econômico predatório e desigual, e teme o resultado

desse processo para as populações mais fragilizadas na Amazônia. “O avanço dos grandes projetos na região mostra um caminho que não tem futuro, que a longo prazo trará muito sofrimento”, diz.

Matheus também acredita na necessidade de manter o otimismo e fala sobre a mais importante conquista do Fundo Dema.

Para o educador, um movimento de tomada de consciência da ameaça real sobre a vida no planeta está em plena expansão. E é esse despertar que provoca mudanças e impulsiona a criação de iniciativas para aumentar a qualidade de vida das comunidades, preservando a floresta em pé.

“Talvez seja insignificante ainda, mas ganha força. Ainda é sonho, mas nos dá esperança.”

A trajetória em defesa dos povos da floresta e a luta por justiça ambiental marcam as atividades do Fundo Dema. Quais as principais conquistas e perdas dessa jornada?

O movimento tem uma criatividade para transformar as perdas em força. Claro, em um primeiro momento, as grandes perdas são aqueles que perderam a vida. São dezenas de amigos que tombaram. Esses assassinatos são bem selecionados, eles sabem liquidar aqueles que são essenciais para o movimento. A perda garante que, de certo modo, se quebre o movimento, mas ele é retomado e não para.

Infelizmente, as conquistas são muito menores do que gostaríamos de ter. É muito claro e evidente que a correlação de forças dentro da região amazônica é desigual. O problema é como se manter o pensamento positivo, de não se deixar derrotar pela opressão, pela força.

O que inspira a continuar resistindo e acreditando nesse processo de luta?

Uma inspiração é o ser humano. A convivência dentro do planeta, o direito de viver é igual para todos. Então, não se



Nessa região da floresta amazônica, dominada pelos grandes projetos, encontra-se o grande desafio de conviver com outra opção de desenvolvimento. O desafio é se manter unido, se organizar cada vez mais diante desse modelo.”

conformar com a desigualdade é um dos pontos de partida. E temos uma consciência extra, que é uma conquista dentro do próprio Fundo Dema: a consciência da importância dos povos da floresta para a preservação da vida no planeta.



A conquista está em um processo crescente de tomada de consciência da importância da existência dos povos da floresta. Do valor dos agroextrativistas, dos indígenas, dos agricultores e agricultoras familiares.”

Quais os desafios que essa parceria com os movimentos sociais impõem ao processo de gestão e atuação do Fundo?

O Fundo Dema é constituído pelos movimentos sociais, pelos segmentos sociais das regiões que fazem parte da luta ativa por direitos. Você encontra os desafios no interior desses lugares. O próprio desejo de exercer seu direito para viver com qualidade, para ter respeitada a sua cultura, para poder corresponder às suas aspirações, encontra-se nessa região do Pará. Especialmente nessa região da floresta amazônica, dominada pelos grandes projetos, encontra-se o grande desafio de conviver com outra opção de desenvolvimento. O grande desafio é se manter junto, unido, se organizar cada vez mais diante desse modelo. É tentar, dentro da sua atuação, conseguir criar um espaço para o exercício de direitos.

A mobilização e a organização dos movimentos sociais foram as alternativas encontradas para enfrentar o avanço dos grandes projetos de infraestrutura na região?

Não existe outra forma, se eles não se unem, se não se mantêm em conjunto e não se fortalecem e aprofundam a solidariedade, serão destruídos. Essa necessidade de se conseguir sobreviver, e sobreviver com dignidade, exige essa organização. Não é gratuito, nem sequer filantrópico, é a necessidade para conseguir a sobrevivência. Os projetos que são encaminhados pelo Fundo Dema nunca são simplesmente projetos econômicos. Eles sempre têm um aspecto coletivo. Não há um projeto



Foto: Sônia Figueiredo/Fundo Dema

aprovado pelo Fundo Dema que seja individual, todos têm caráter coletivo e têm de ter uma contribuição para o fortalecimento do movimento social. Isso faz parte dos nossos valores e princípios.

Qual é o futuro dos povos da floresta?

Ainda vemos muito sofrimento, muita violência. Serão anos dramáticos. O avanço dos grandes projetos na região mostra um caminho que não tem futuro, que a longo prazo trará muito sofrimento. No entanto, temos de manter o otimismo. Temos de afirmar o rumo positivo do movimento: uma consciência que se forma, que está se construindo. Começa a crescer a

consciência do tamanho da ameaça à vida de todo o planeta. A conquista está em um processo crescente de tomada de consciência da importância da existência dos povos da floresta. Do valor dos ribeirinhos, dos indígenas, dos agricultores – agricultores que foram trazidos na década de 70 por uma opção de desenvolvimento onde a floresta era considerada um empecilho. E esses mesmos povos começam a perceber sua relação com a natureza, a necessidade que eles têm de manter com o bioma para continuar a viver.

Há uma tentativa de se criar um modo de viver e produzir, mantendo a floresta em pé. Isso já é realidade e ganha força, o que nos dá esperança.



Comunidade
quilombola Espírito
Santo, em Acará (PA)



Foto: Rafael Araújo

**SOMOS
A FLORESTA**



www.fundodema.org.br